

16. ESCOLHA E INÍCIO DO PROCEDIMENTO – CONCURSO PÚBLICO N. CP.8.16.DACPGP – EMPREITADA: REABILITAÇÃO DA RUA NOVA DE SANTA CRUZ - SÃO VITOR- BRAGA:

Submete-se para ratificação do Executivo Municipal a decisão do Sr. Presidente tomada em 29 de agosto do corrente ano, da proposta de procedimento relativa ao **Concurso Público** para a empreitada acima identificada, cujo preço contratual estimado é de **544.780,18 euros**, sem IVA, bem como a aprovação do Programa de Procedimento e do Caderno de Encargos, nos termos da alínea b), nºs . 1 e 2 do artº. 40º. do CCP.

Mais se propõe a designação do seguinte júri, que conduzirá o concurso:

- Presidente do júri: Eng.º Gaspar António Sampaio da Silva (o qual será substituído nas suas faltas ou impedimentos, pelo Sr. Engº. Manuel António Vieira Dantas;
- Vogal efetivo: Técª. Valéria de Araújo Borges;
- Vogal efetivo: Eng.ª Paula Cristina Monteiro Alvares Pereira;
- Vogal suplente: Engº. Manuel António Vieira Dantas;
- Vogal suplente: Eng.º Luís Manuel Faria Borges de Almeida;

Propõe-se a delegação no júri, ou nos serviços do Departamento de Planeamento e Controlo de Gestão/Divisão de Aprovisionamento, contratação Pública e Gestão de Património (DPCG/DACPGP), nos termos do artigo 109.º do CCP, das competências adiante descritas, desde que não impliquem aumento da despesa nem estejam em causa aspetos essenciais das peças do procedimento, nomeadamente o seguinte:

- Proceder às formalidades necessárias ao procedimento do concurso na plataforma eletrónica e notificações;
- A classificação de documentos da proposta e respetiva desclassificação, se no decurso do procedimento deixarem de se verificar os pressupostos que determinaram a sua classificação, art.º 66.º do CCP.

- Prestar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento solicitados pelos interessados, conforme previsto no n.º 2 do artigo 50.º do CCP.
- Proceder a retificações de erros e omissões das peças do procedimento;
- Proceder às decisões de prorrogação nos termos do disposto nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 64.º do CCP, previstas no n.º 4 do mesmo artigo, cumprindo as formalidades aí descritas.

DELIBERAÇÃO:**Remeta-se ao Sr. Presidente.**

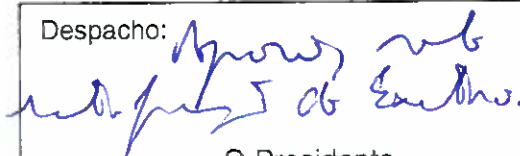
O Diretor do DPCG/DACPGP,



(Carlos Meireles)

2016/01/29

Despacho:



O Presidente,



(Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

16/08/29**PROPOSTA DE PROCEDIMENTO:**
CONCURSO PÚBLICO N.º CP.8.16.DACPGP**ASSUNTO: ESCOLHA E INÍCIO DE PROCEDIMENTO – CONCURSO PÚBLICO**

Entidade adjudicante: alínea c) do n.º 1 do artigo 2.º do CCP.

Concurso de Empreitada de Obra Pública adiante descrita, em conformidade com a alínea b) do artigo 19.º; n.º 1 do artigo 36.º, artigo 38.º, e artigos 130.º a 148.º, todos do Código dos Contratos Públicos (CCP).

Empreitada: REABILITAÇÃO DA RUA NOVA DE SANTA CRUZ - S. VICTOR - BRAGA.

Vocabulário CPV: 45233140-2 Obras em estradas	PRAZO DE EXECUÇÃO DA OBRA: 180 DIAS	PREÇO BASE: €544.780,18
--	--	--

Tornando-se necessário realizar a empreitada supramencionada, cujo projeto de execução apresentado corresponde aos objetivos e expectativa da Câmara para esta obra, justificada nas informações incluídas no processo do presente procedimento, cujo preço contratual estimado é de **€544.780,18**, sem imposto sobre o valor acrescentado (IVA), submete-se à consideração superior a presente proposta que visa obter autorização para a referida contratação.

Página 1 de 3

VB.

Face ao valor e considerando que a referida contratação está abrangida pelas normas acima assinaladas, constantes do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, retificado pela retificação 18-A de 2008 de 23 de Março, alterado pela Lei n.º 59/2008 de 11 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 223/2009 de 11 de Setembro, pelo Decreto-Lei n.º 278/2009 de 2 de outubro, pela Lei n.º 3/2010 de 27 de abril, pelo Decreto-Lei n.º 131/2010 de 14 de dezembro, pela Lei n.º 64-B/2011 de 30 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 149/2012 de 12 de julho, e pelo Decreto-Lei n.º 214-G/2015 de 02 de outubro, solicita-se, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 16.º, e alínea b) do artigo 19.º, ambos do CCP, autorização para se adotar o **"Concurso público"**, propondo-se ainda o seguinte:

1 – PEÇAS DO PROCEDIMENTO

A aprovação, nos termos da alínea b) do n.º 1 e n.º 2 do artigo 40.º do CCP, do Programa de Procedimento e do Caderno de Encargos.

2 – DESIGNAÇÃO DO JÚRI

Em conformidade com o previsto no artigo 67.º do CCP, a designação do júri a seguir referido, que conduzirá o concurso:

- Presidente do júri: Eng.º Gaspar António Sampaio da Silva (o qual será substituído nas suas faltas ou impedimentos, pelo Sr. Eng.º Manuel António Vieira Dantas;
- Vogal efetivo: Téc^a. Valéria de Araújo Borges;
- Vogal efetivo: Eng.^a Paula Cristina Monteiro Alvares Pereira;
- Vogal suplente: Eng.º Manuel António Vieira Dantas;
- Vogal suplente: Eng.º Luís Manuel Faria Borges de Almeida.

3 – DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

Propõe-se a delegação no júri, ou nos serviços do Departamento de Planeamento e Controlo de Gestão / Divisão de Aprovisionamento, contratação Pública e Gestão de Património (DPCG/DACPGP), nos termos do artigo 109.º do CCP, das competências adiante descritas, desde que não impliquem aumento da despesa nem estejam em causa aspetos essenciais das peças do procedimento, nomeadamente o seguinte:

- Proceder às formalidades necessárias ao procedimento do concurso na plataforma eletrónica e notificações;

- A classificação de documentos da proposta e respetiva desclassificação, se no decurso do procedimento deixarem de se verificar os pressupostos que determinaram a sua classificação, art.º 66.º do CCP.
- Prestar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento solicitados pelos interessados, conforme previsto no n.º 2 do artigo 50.º do CCP.
- Proceder a retificações de erros e omissões das peças do procedimento;
- Proceder às decisões de prorrogação nos termos do disposto nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 64.º do CCP, previstas no n.º 4 do mesmo artigo, cumprindo as formalidades aí descritas;
- Proceder às formalidades subsequentes ao relatório final ou decisão de adjudicação, tais como, subscrição dos documentos.

4 – DECISÃO DE CONTRATAR

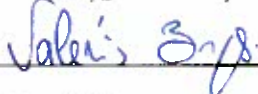
O órgão competente para tomar a decisão de contratar é a Câmara Municipal, no uso de competência própria, estabelecida na Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

5 – CABIMENTO ORÇAMENTAL

Para os devidos efeitos, junta-se a informação do cabimento prévio n.º 2016060/106 de 28/07/2016.

29/08/2016

DPCG/DACPGP,



(Téc. Valéria Borges)

Em anexo:

- Programa do concurso;
- Caderno de encargos.

Página 3 de 3